

# MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: reflexos nas relações de trabalho\*

Ivane Inêz Piaia\*\*

## RESUMO

*O estudo teve como objetivo analisar o processo no Planalto Gaúcho do Sul e seus reflexos sobre a pequena produção, as mudanças nas relações de trabalho e, em especial, o trabalho feminino. Deve-se atenção especial ao estudo da evolução agrária e da mão-de-obra na região, que tem na agricultura sua base de sustentação econômica.*

A penetração do capital no campo, seus reflexos sobre a pequena produção e as mudanças nas relações de trabalho e, em especial, o trabalho feminino no Planalto Gaúcho, no Norte do Estado do Rio Grande do Sul constituíram o objeto de investigação deste trabalho. A preocupação foi a de analisar a evolução agrária e a mão-de-obra na região, que tem na agricultura sua base de sustentação econômica. Esta atividade é desenvolvida por pequenos e médios produtores, descendentes de europeus que desbravaram a região através da mão-de-obra familiar.

Compreender o processo de diferenciação que ocorre dentro da pequena produção com a modernização da agricultura, foi o objetivo motivador do processo de investigação.

Para a realização do estudo, consultou-se a literatura existente e os censos agropecuários. Realizou-se ainda um trabalho com pesquisas de campo, envolvendo diretamente produtores rurais, homens e mulheres com idades variadas. Entretanto, deu-se preferência a realizar um número maior de entrevistas com mulheres idosas e nascidas na região, pertencentes a "tipologias" camponesas diferentes. Obtivemos, assim, uma visão mais abrangente do objeto de investigação.

Tomou-se por hipótese a compreensão de que a estrutura agrária da região altera-se com o desenvolvimento do capital, provocando um processo de seletividade dos pro-

---

\* Artigo baseado na Pesquisa realizada em 1989, para conclusão do curso de especialização "Latu Sensu" em Geografia Agrária, realizada na UNIJUI-RS.

\*\* Professora e coordenadora do Curso de Geografia da UNIC.

dutores ao tempo em que gera uma diferenciação dentro do próprio campesinato. Compreende-se ainda que, nesse processo, modificam-se as formas de utilização da mão-de-obra, ocorrendo uma diminuição nas formas de ajuda mútua entre os produtores e um aumento na utilização da mão-de-obra assalariada (em especial diarista), com o aumento inclusive da mão-de-obra feminina na lavoura.

As teorias que abordam estas questões apresentam diferentes concepções na forma de analisar e de interpretar as leis do desenvolvimento capitalista no campo. A discussão sobre a existência ou não das relações do tipo feudal em nosso país constitui-se num dos eixos que retrata essa divergência, escamoteando o fato histórico da exploração da força de trabalho humano na agricultura brasileira.

LENIN, em "Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos"<sup>1</sup> estuda as leis do desenvolvimento capitalista no campo dos Estados Unidos, fornecendo um valioso exemplo da aplicação do materialismo histórico e dialético na análise da evolução agrária naquele país. Entende que o Capitalismo Industrial, necessitando de mão-de-obra para suas fábricas e mercado consumidor para seus produtos é que comanda o processo de subordinação da agricultura aos interesses da Indústria. É nesse autor que se buscou os fundamentos teóricos que orientam este trabalho. Os pressupostos norteadores da análise não compreendem a região estudada como uma ilha isolada das demais porções do globo terrestre, mas sim como parte do movimento global do capital que se reproduz na agricultura do Planalto Gaúcho, e a participação da região no movimento geral do capital.

Tomou-se a categoria "modo de Produção Dominante" como a articuladora das regras gerais do desenvolvimento no País, sem perder de vista que dentro deste podem existir outros modos de produção, porém comandados pelo modo de produção dominante.

A inclusão do Norte do Estado do Rio Grande do Sul na modernização da agricultura faz parte da estratégia mundial montada pelos grandes grupos econômicos que pensam a agricultura como um potente mercado consumidor de bens industrializados. A permanência de relações de produção não-capitalistas no campo como de agregado e da agricultura tradicional revelam o modo particular com que o capital consegue se reproduzir no local, sem que haja necessariamente o assalariamento puro.

Utilizamos o termo "unidade produtiva" para designar aquela área onde se desenvolve a produção sob orientação da família e o termo "agregado", significando o trabalho que se desenvolve em forma de parceria, sem se utilizar do conceito clássico de "parceiro". Compreende-se a "região" como o local, o lugar que possui um endereço geográfico segundo divisão do IBGE (a região pertence à micro região homogênea Colonial de Irai), embora se tenha presente que região possui um significado muito mais abrangente.

A tipologia mais comum encontrada na região é que a LOPES define como unidade familiar de produção mercantil: "Trata-se de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros com uma produção agrária mercantil baseada, fundamentalmente, em força de trabalho familiar, que recorrem apenas em caráter suplementar, trabalho assalariado"<sup>2</sup>. É o que KAUTSKY chama de camponês industrializado<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> LENIN, Wladimir I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

<sup>2</sup> LOPES, Juarez Rubens B. Do latifúndio a empresa. Petrópolis: CEBRAPA, 1981. p.19.

<sup>3</sup> KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Flama, 1980.

No entanto, encontramos também na região as unidades camponesas que, segundo LOPES, "são constituídas pelas pequenas explorações (via de regra minifundiários), arrendatários, parceiros ou posseiros, voltados, basicamente, para o trabalho familiar, para a sua reprodução como camponeses. As atividades são, portanto, na sua essência, de subsistência, vendendo-se no mercado os pequenos excedentes da produção de autoconsumo"<sup>4</sup>. KAUTSKY chama a esta tipologia de camponês pauperizado.

Quando se trata da evolução agrária no Norte do Planalto, é importante ter presente que este Estado foi incorporado ao processo de povoamento do restante do Brasil, com interesses marcadamente de estratégia militar, frente a constante ameaça da perda de terras sulinas por parte da Coroa Portuguesa nos conflitos da Bacia do Prata. A migração européia para o Planalto Gaúcho, embora integre essa estratégia, revela interesses econômicos. Entre eles podemos destacar a produção de alimentos para o mercado interno, com o objetivo de forçar o barateamento do custo da força de trabalho nos setores que produziam para o mercado externo.

Formou-se assim o processo dualista no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, o Sul pecuarista e latifundiário, ocupando a fronteira e o Norte agrícola que produz alimentos em pequenas e médias propriedades, este último, local de estudo desta pesquisa.

As condições de trabalho no início da colonização eram precárias. O agricultor tinha à sua frente muito mato, alguns instrumentos de trabalho (machado, foice, martelo, arado, carro-de-boi), os braços de sua família e a esperança de produzir para o sustento da mesma. O transporte era dificultado pela quase inexistência de estradas, o que encarecia a aquisição de mercadorias, reduzindo-se ao essencial (querosene, sal, pimenta, tecidos e ferramentas). Os agricultores produziam praticamente tudo na unidade produtiva (alimentos, calçados, utensílios domésticos e carros-de-boi). Não havia grande divisão de trabalho entre os membros da família, salvo naquelas atividades consideradas "tarefas pra mulher" (limpeza de casa, preparo de alimentos, cuidados com os filhos e ordenha).

A composição ocorria entre os proprietários de terras e seus agregados, estes últimos formados basicamente por negros e oriundos das estâncias de pecuária. Mantinham com o proprietário uma relação de subordinação, trabalhando as terras mais ruins ou de difícil manejo como encostas abruptas. Trabalhavam num sistema de parceria, entregando ao proprietário parte da produção (conforme contrato verbal firmado anteriormente) como pagamento pelo uso da terra. Não havia maiores desigualdades de transporte, falta de energia, escola, hospital e distância do armazém.

Esses problemas eram enfrentados com a solidariedade entre vizinhos, trocando alimentos, utensílios e até dias de trabalho entre si a exemplo dos mutirões.

Com a modernização, esse quadro praticamente desaparece do espaço geográfico aqui referido. A orientação da política governamental de Getúlio Vargas direcionada para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil promove a melhoria nos transportes, nas comunicações, nas escolas e hospitais e encurta distâncias. Forma um mercado urbano que exige maior quantidade de alimentos, criando também novas necessidades de bens manufaturados. A modernização agrícola propalada pela "revolução verde" do grupo Rockefeller, entre outros, embora chegue ao Rio Grande do Sul na década de 1960, faz parte deste processo.

Essa modernização exige agora, por parte do agricultor, a absorção de uma tec-

<sup>4</sup> LOPES, Juarez Rubens B. op. cit., nota 2, p. 18

nologia sofisticada (tratores, sementes selecionadas, corretivos do solo, insumos e implementos agrícolas, gado estabulado...) que necessita de uma injeção de capital considerável. A agricultura é pensada, então, como um grande mercado para os produtos industrializados.

É esse mercado que determina agora o ritmo de trabalho e a natureza dos processos produtivos para a maioria dos agricultores. "O antigo campesinato evolui para um campesinato com unidades altamente capitalizadas, integradas de forma subordinada à agro-indústria e ao cooperativismo empresarial. Aos poucos vão desaparecendo os laços de solidariedade de ajuda mútua, o campesinato, reforçando-se sentimentos de competitividade e individualidade, inerentes ao capitalismo"<sup>6</sup>.

A implantação do binômio trigo/soja, constitui-se no carro chefe da modernização, a partir da década de 1960, no Planalto Gaúcho, instalado a monocultura, dando um caráter monótono à paisagem outrora dinâmica com o colorido das diferentes culturas.

O endividamento originado pelos novos custos da produção, faz com que o agricultor utilize todo o espaço possível de terra para plantar trigo e soja, abandonando outras culturas como o feijão, mandioca, arroz, batata, amendoim... Inicia-se assim, o processo de seletividade dentro do campesinato, demarcando quem fica e consegue capitalizar-se - os que suportam os custos da nova tecnologia - e quem é expulso do campo experimentando um processo paulatino de empobrecimento (geralmente minifundiários) que em muitos casos resulta na perda total da propriedade, hipotecada aos bancos pelos créditos agrícolas.

Com a modernização, o estrato social formado pelos agregados praticamente desaparece da região, migram para a periferia da Grande Porto Alegre, proletarizam-se nas fábricas de calçados. O espaço de terras por eles ocupando, agora dá lugar ao soja e o trigo. É o uso "racional" do espaço. O trator, símbolo maior da modernização, custa caro e não se pode dar ao luxo de ficar ocioso.

Existem unidades produtivas onde as inovações tecnológicas não conseguem modificar o processo produtivo, que continua a se desenvolver de forma tradicional para a substituição da família. A subordinação às leis do mercado nesse estrato social dá-se via comercialização dos produtos (o preço é determinado fora do espaço agrícola, longe do alcance do produtor).

Uma alteração importante nesse processo é o que acontece com o leite que antes da modernização era consumido "in natura", ou em forma de subproduto preparado na própria unidade produtiva como queijo, requeijão e doces. Hoje, esse leite é vendido às fábricas e o dinheiro recebido transforma-se em compras no supermercado no final do mês.

É comum ver camponesas comprando massa-de-tomate, compotas de frutas, bolachas, massas e doces, produzidos artesanalmente no passado, sem precisar de dinheiro. Não mudam apenas as relações de produção e a composição social do campesinato, mas também os costumes e os hábitos alimentares. São as multinacionais chegando à mesa do agricultor.

Toda a tecnologia usada na moderna agricultura é "poupadora de mão-de-obra", principalmente a mão-de-obra permanente.

No lugar desse trabalhador surge outro, o trabalhador temporário, com perfil adequado às necessidades da monocultura. O trabalhador é contratado (e pago com salário) somente em determinados períodos do ciclo agrícola, não onera o proprietário com FGTS, férias, encargos sociais, alimentação e outros. É o tipo de mão-de-obra que mais tem

<sup>3</sup> FIDENE, UNIJUÍ, 1985, p.37.

crescido na região. Neste segmento social torna-se comum a presença da mão-de-obra feminina, trabalhando lado a lado com o homem. Já o trabalhador permanente, só é empregado em unidades capitalizadas, residindo em muitos casos, na propriedade do patrão.

Outra observação importante é que à medida que cresce o uso da tecnologia nas atividades agrícolas, o trabalho da mulher na lavoura passa a ter conotação de "ajuda", o que antes era considerado trabalho (a mulher participava de todo o processo produtivo desde o preparo do solo até a colheita e comercialização), passa agora a ter condição de complemento.

A agricultura em nosso país organiza-se em moldes capitalistas, porém de forma contraditória. Daí porque não conseguiu expropriar totalmente os camponeses de seus meios de produção, proletarizando-os por completo. A permanência não-capitalista no campo, como é o caso do camponês pauperizado e do camponês integrado à agro-indústria, representado pelos produtores de frango e suínos, não significa dizer que eles não contribuem para a acumulação de capital. A exploração ocorre através do mecanismos de mercado (preço mínimo, exigência de produto padronizado, uso de rações especiais, acompanhamento técnico...).

Um forte componente que promove a seletividade entre os produtores é a distribuição do crédito agrícola. Este beneficia apenas os produtores destinados à comercialização em larga escala ou para a exportação. Ou o produtor adota o pacote tecnológico, correndo todos os riscos, ou está fora do mercado.

O uso de tecnologia diminui a oferta de emprego no campo, salvo nos períodos de limpeza e colheita. Essa mão-de-obra temporária é recrutada na periferia das cidades e nas unidades camponesas empobrecidas.

Percebeu-se que nessas unidades homens migram para outras cidades maiores em busca de salário permanente, ficando para a mulher a responsabilidade de "tocar a lavoura", realizar as tarefas domésticas e, em determinadas épocas, trabalhar como diarista em outras propriedades agrícolas.

Nas propriedades capitalizadas, com uso intensivo de tecnologia, a participação da mulher na lavoura é menor, restringindo-se aos cuidados com animais, cultivo de legumes e hortaliças, limpezas de horta.. Por outro lado, aumenta o seu trabalho doméstico. Os cuidados com a casa dispensam mais tempo em consequência da grande quantidade de eletrodomésticos (geladeira, freezer, liquidificador, televisão e similares), que necessitam de limpeza constante.

Este é um retrato da agricultura que se vem desenvolvendo de formas subordinadas aos interesses da indústria. Acreditamos que esta realidade pode (e deve) ser mudada. No entanto, ela requer a união de todos que, num amplo esforço de mobilização busquem o fim da exploração dos homens e lutem em prol da construção de uma sociedade mais justa.

## ABSTRACT

*The aim of this study was, to analyze the process in the "Planalto Gaúcho do Sul" and its influences over the small production, the changes in the work relationships and, especially the feminine work. There must be a special attention to the study of the agrarian evolution and of the labor in the area, that has in agriculture its economic nourishing base.*

## BIBLIOGRAFIA

- 1- AGUIAR, Neuma (org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- 2- BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes/UNIJUI, 1988.
- 3- FIDENE, UNIJUI, p. 37.
- 4- IBGE. **Recenseamento agropecuário de 1950, 1960, 1975, 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- 5- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Flama, 1980.
- 6- LENIN, Wladimir I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- 7- LOPES, Juarez Rubens B. **Do latifúndio a empresa**. Petrópolis: CEBRAPA, 1981.
- 8- NORONHA, Olinda M. **De camponesa a madame**. São Paulo: Loyola, 1980.
- 9- OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- 10- PESAVENTO, Sandra J. **Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.